



O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

The role of university libraries in training readers: an approaching to cultural public policies and functional illiteracy in Brazil

Maria José Pereira da Silva

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Xinguara/PA-Brasil

Soraima Moreira Alves Ferreira

Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
Araguatins/TO-Brasil

Eliane Cristina Testa

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Araguaína /TO-Brasil

Resumo

O objetivo do estudo é refletir sobre o papel das bibliotecas universitárias nas atividades de incentivo à leitura, focalizando a influência que tem nela o analfabetismo funcional e as políticas públicas culturais no Brasil, em particular, o Programa Nacional de Biblioteca da Escola. Para isso, a pesquisa se caracteriza como qualitativa e foi realizada uma revisão bibliográfica que possibilitou a análise das referências sobre o tema. Argumenta-se que as bibliotecas universitárias, como espaços de socialização do conhecimento humano, sempre deveriam abrir serviços que enfocassem a formação de leitores, ou implementassem projetos de extensão com essa finalidade, pela mediação dos seus profissionais bibliotecários ou criando parcerias com outros especialistas dentro da universidade, onde seja possível trabalhar ações de incentivo à leitura, para as comunidades acadêmica e externa.

Palavras-chave: Biblioteca universitária; Analfabetismo funcional; Políticas públicas.

Abstract

The aim of the study is to reflect on the role of university libraries in activities to encourage reading, focusing on the influence of functional illiteracy and cultural public policies in Brazil, in particular the National School Library Programme. To this end, the research is characterised as qualitative and a bibliographical review was carried out to analyse references on the subject. It is argued that university libraries, as spaces for the socialisation of human knowledge, should always open up services that focus on the training of readers, or implement extension projects to this end, through the mediation of their professional librarians or by creating partnerships with other specialists within the university, where it is possible to work on actions to encourage reading for the academic and external communities.

Keywords: University library; Functional illiteracy; Public policies.

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

Introdução

A conexão social das atividades essenciais das bibliotecas com a comunidade ao seu redor foi e sempre será o principal motivo para a criação e manutenção delas. Há vários tipos de bibliotecas, como as especializadas, escolares, públicas, privadas e universitárias. Embora haja muitas confluências entre elas, cada uma possui suas próprias especificidades, que são decisivas para moldar e desenvolver os serviços para a comunidade que atende.

Dos muitos serviços que se pode oferecer numa biblioteca, a consulta e empréstimo de livros são basilares. Um acervo estrategicamente constituído é essencial e se o quisermos, numeroso e atualizado, são necessários enormes esforços, tanto de natureza financeira quanto gerencial, ainda mais no contexto brasileiro, de ausência e descontinuidade de políticas públicas de leitura. No caso de biblioteca pública e universitária, principalmente, a tentativa de fazer com que seus espaços físicos e seus serviços sejam fomentadoras de perspectivas cidadãs e de protagonismo social através do acesso à informação e ao conhecimento, deve persistir apesar dessas dificuldades facilmente diagnosticadas no cotidiano de cada biblioteca brasileira.

Diante disso, a biblioteca sempre foi um espaço intimamente ligado às atividades desenvolvidas nas universidades, desde o seu surgimento no fim da idade média e início da idade moderna, contribuindo para que o famoso tripé ensino, pesquisa e extensão, através dos tempos, tenha se estabelecido como eixo norteador das práticas universitárias. Para que a biblioteca universitária obtenha êxito nesse intento, precisa compreender a si mesma como um espaço de ensino, pesquisa e extensão, ressaltando seu caráter orgânico de acompanhamento das mudanças no cenário social e tecnológico ao qual está inserida.

Uma das principais mudanças no contexto social nas últimas décadas diz respeito à intensa demanda por informação em nossa sociedade. Essa sede por informação, quase nunca vem atrelada a programas formativos que instrumentalizem e qualifiquem os indivíduos ao acesso crítico à informação, dando ensejo para que um cenário paradoxal de absorção contínua de informação tenha como pano de fundo uma insuficiência interpretativa e compreensiva, principalmente quando se trata de ler e entender textos e dados da realidade.

Concordamos com Prado (2017) que a educação brasileira não consegue formar leitores na era do conhecimento. Diante disso, percebe-se o analfabetismo funcional

enquanto um problema educacional com ampla repercussão social. A expressão analfabetismo funcional refere-se a “uma incapacidade ou condição pela qual passaram a ser conhecidas as pessoas que, mesmo escolarizadas, não conseguem utilizar a leitura e a escrita para uma prática social” (Prado, 2017, p. 160).

Temos de partir de que o analfabetismo funcional é resultado, entre outros fatores, de baixo investimento em aparelhos públicos de cultura, arte e leitura, tais como escolas, teatros, bibliotecas e museus, somado às didáticas tecnicistas aplicadas à atividade de leitura, escrita e matemática:

Essa fragilidade do exercício da leitura ocorre desde as primeiras séries do ensino fundamental, mesmo acentuando-se o discurso de que os alunos devem ler para se tornarem cidadãos críticos e criativos. Infelizmente, a realidade é que muitos estudantes que chegam à universidade possuem um atraso significativo de leitura (Teixeira; Sousa; Farias, 2012, p. 2).

Nessa ordem, reconhece-se a importância das bibliotecas universitárias na promoção da leitura, para atender objetivos de compreensão, interpretação e produção textual no ambiente escolar, procurando a formação de leitores. Dessa maneira, acreditamos que uma das formas de tentar abordar essa problemática, é partir do ponto que a biblioteca universitária seja também capaz de atuar nessa perspectiva de incentivo à leitura, para além dos seus serviços essenciais e que, principalmente, se interesse em ser um espaço onde os indivíduos consigam usufruir a leitura sem necessariamente estar atrelada às exigências curriculares.

Por esse motivo, optamos por refletir sobre a função das bibliotecas universitárias nas atividades de incentivo à leitura, com foco na influência que tem nela o analfabetismo funcional e as políticas públicas no Brasil, em particular, o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE, doravante). Para isso, adotamos uma metodologia qualitativa com um enfoque exploratório para o desenvolvimento da pesquisa, baseada na revisão bibliográfica dos estudos que abordam a problemática do analfabetismo funcional no Brasil e o papel das bibliotecas universitárias, bem como as políticas públicas culturais.

Foram utilizadas as bases de dados *Academic Google* ou *Google Scholar*, Portal de Publicações Periódicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *SciELO*, *Redalyc* e *LATINDEX*, o que possibilitou uma ampla consulta de pesquisas sobre o assunto e a seleção da amostra, que incluiu capítulos de livros, ensaios e artigos

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

científicos publicados em revistas indexadas de alto impacto, bem como bibliotecas digitais de teses de mestrado e doutorado.

Trata-se de uma análise crítica e interpretativa das referências para aprofundar sobre o papel das bibliotecas universitárias (Dudziak, 2001; Freire, 2001, 2003; Rosa; Grosch, 2008; Alcântara; Bernadino, 2012; Silva; Almeida; Batista, 2014; Silva, 2015; Araújo, 2021; Guerra, 2023), em relação aos debates sobre o analfabetismo funcional (Toledo, 2009; Teixeira; Sousa; Farias, 2012; Brasil, 2015; Carlino, 2015; Prado, 2017; Instituto Paulo Montenegro, 2018), e respeito às políticas públicas se considera o PNBE (Almeida, 2019). Com esse propósito, o trabalho está estruturado em duas seções que buscam compreender quais são os caminhos e as oportunidades que a biblioteca universitária tem de atuar na promoção da leitura e como o analfabetismo funcional e as políticas públicas influenciam nessa tarefa árdua de termos mais leitores. Por isso, a seguir nos centramos na questão do analfabetismo funcional.

Sobre o analfabetismo funcional no Brasil

O analfabetismo funcional está intimamente ligado ao baixo nível de leitura e consequente ausência de percepção crítica, dando ensejo para que as pessoas avancem em seus estudos carregando carências de compreensão leitora e expressão escrita até a universidade. Muitos alunos tornam explícitas essas carências no momento de escrever artigos para disciplinas ou participações em eventos acadêmicos, ou mesmo em seus trabalhos de conclusão de curso, o que denota também que, mesmo após vários semestres pedagógicos, tendo cursado disciplinas de metodologia e pesquisa científica, na maioria dos casos, essa problemática persiste.

Nesse viés, Teixeira, Sousa e Farias (2012) colocam a ênfase nas consequências das dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita como uma problemática que precisa ser modificada:

Percebe-se que o aluno sai do ensino regular e ingressa no ensino superior com níveis baixíssimos de compreensão, leitura e escrita, prejudicando assim seu desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal. Isso é perceptível nos relatórios, trabalhos aplicados e em suas avaliações, onde o mesmo é obrigado a dissertar sobre diversos temas. Até mesmo alguns programas de televisão fazem sátiras e verdadeiros shows de apontamento com esse grave problema enfrentado há muito tempo (Teixeira; Sousa; Farias, 2012, p. 1).

Cabe destacar que o analfabetismo funcional vai atravessando as séries escolares, sem se saber exatamente como foi iniciado ou como erradicá-lo de fato, e vai sendo tolerado e

reproduzido à medida que os alunos vão avançando na trajetória escolar, sobretudo sendo expresso no momento da escrita e dos cálculos, na elaboração de argumentos para explicar alguma problemática social, na falta de manejo e organização de dados e na incapacidade de contextualizar e transmitir uma visão multidisciplinar. A compreensão de analfabetismo funcional, para ficar explicitada, e sobre a qual se discute aqui é a adotada pelo Ministério da Educação, onde se lê: “[...] que um indivíduo alfabetizado não será aquele que domina apenas rudimentos da leitura e da escrita e/ou alguns significados numéricos, mas aquele que é capaz de fazer uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos” (Brasil, INEP, 2015, p. 160).

Apesar do conceito de analfabetismo funcional estar relacionado às deficiências de leitura, escrita e cálculos, é sabido que não apenas expõe lacunas graves da educação formal, mas é mais complexo ainda porque repercute gravemente no contexto social. Isso corrobora para que essa problemática não seja tratada como secundária e tentemos avançar no combate a essa questão. Nessa percepção, Toledo (2009) observa que:

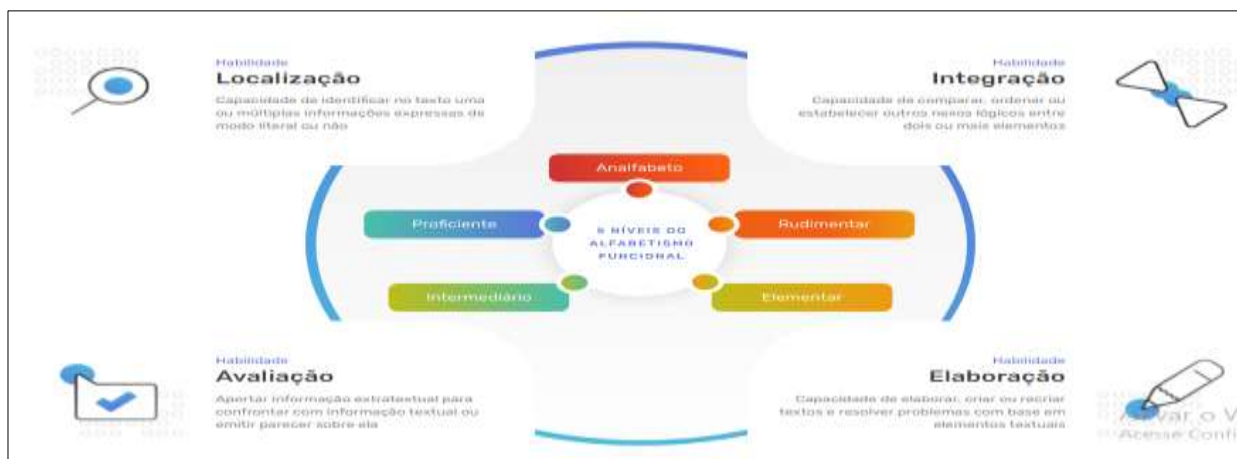
Essas dificuldades, presentes dentro e fora das salas de aula, estão relacionadas à questão do letramento ou do alfabetismo funcional que, segundo estudos recentes, refere-se às habilidades de leitura e escrita de textos em diferentes gêneros e funções sociais. Ou seja, a criança e o adolescente aprendem as letras, as sílabas e as palavras no processo inicial de alfabetização, mas não conseguem aprender a fazer uso da palavra escrita de maneira significativa e criativa em seu cotidiano (Toledo, 2009, p. 14).

Sendo assim, como esperar que os indivíduos com essas dificuldades consigam participar dos debates públicos com qualidade e assim, tomarem consciência da realidade que os cerca? De acordo com Prado (2017), a cidadania e a democracia são vulneráveis aos efeitos do analfabetismo funcional, especialmente a cidadania, que decorre das atitudes afirmativas de cada um dentro da sociedade.

Fica evidente que o analfabetismo funcional impede qualquer exercício sério de cidadania, e isso faz com que nunca percamos de vista que a leitura, como acesso e apropriação do mundo que nos cerca, é fundamental para a mudança ou diminuição do impacto negativo do analfabetismo funcional. De fato, o INAF (Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, doravante, Instituto Paulo Montenegro, 2018), para definir variáveis mais práticas sobre habilidades funcionais que envolvem o letramento, o que possibilita uma nivelização dos graus de alfabetismo, desenvolveu o seguinte gráfico:

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

Figura 1. Cinco níveis de Alfabetismo funcional



Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2018).

Em virtude desses aspectos, da localização, integração, avaliação e elaboração, vislumbra-se a capacidade de identificar no texto múltiplas informações, comparando, ordenando ou estabelecendo nexos lógicos, conciliada com a capacidade de avaliar uma informação extratextual com o conteúdo lido e, a partir disso, criar ou recriar textos e resolver problemas com base nos elementos que este disponibiliza, são os eixos por onde se definem o nível de alfabetismo de uma pessoa para o INAF, podendo também ser: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. Conforme a figura acima, deve-se notar que o analfabeto funcional está no nível analfabeto, que é incapaz de realizar leituras de frases, por exemplo, e o nível é rudimentar, que, em suma, são pessoas capazes de ler, realizar operações matemáticas simples e resolver problemas também simples do cotidiano (Instituto Paulo Montenegro, 2018).

Entendido isso, as bibliotecas escolares ocupam um lugar indispensável na democratização do acesso à informação de qualidade para a construção do conhecimento, que possibilita o exercício da plena cidadania (Guerra, 2023). Consideramos fundamental insistir na relevância da leitura na transmissão do saber, pois a leitura é sempre ressaltada como importante ferramenta de inclusão social e de formação cidadã, através da longa literatura sobre o tema e pela ampla aceitação da ideia nos mais variados contextos sociais. Consequentemente, o problema da leitura no ambiente escolar adquire complexidade e tem um impacto na necessidade de propor políticas públicas culturais para o acesso aos livros e o desenvolvimento dos hábitos de leitura no Brasil. Vale a pena examinar algumas dessas políticas na seguinte seção.

Aproximação às políticas públicas culturais para a formação dos leitores no Brasil

Uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram; reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação. Sua eficácia se mede por sua sustentabilidade e sua coerência interna, que faz com que nos distintos setores envolvidos tenha repercussão positiva (Goldin, 2003).

As políticas públicas são diretrizes, princípios, regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade, mediações entre atores e do Estado. Além do problema do analfabetismo funcional, também deve-se considerar que as políticas públicas em torno da circulação do livro no Brasil, ainda carecem de apoio estratégico e continuidade, o que reflete em pesquisas que enfocam a quantidade de leitores no país. A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, em sua quinta edição publicada em outubro de 2020, afirma que o Brasil perdeu 4,6 milhões de leitores entre 2016-2019, comparando com os números levantados entre os anos de 2011-2015 (Agência Brasil, 2020).

Não se pode mencionar tal pesquisa sem notar que é flagrante que muito disso vem se dando pela extinção do Ministério da Cultura e pela descontinuidade e enfraquecimento de órgãos e políticas públicas voltadas ao incentivo à leitura. Com isso, o que temos em andamento, é o fortalecimento da desigualdade social e econômica, que naturalmente se transpassará para a dificuldade ao acesso à informação e à leitura de bons livros.

As primeiras iniciativas de elaboração de uma política pública voltada para a biblioteca pública no Brasil, data desde a chamada Era Vargas (1937-55), onde a leitura ocupa “lugar proeminente no discurso político, como forma de mitigar as desigualdades sociais e promover o crescimento moral, material, individual e coletivo” (Silva; Almeida; Batista, 2014, p. 43). Em 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) por meio do Decreto-Lei no. 93, na gestão do então Secretário de Educação e Saúde, Gustavo Capanema. As bibliotecas públicas foram incorporadas pelo INL e passaram a fazer parte de um órgão governamental. “A preocupação do Instituto concentrou-se na ampliação do quantitativo de bibliotecas e acervos em detrimento da oferta ao leitor de mediação adequada para o acesso ao livro e o desenvolvimento dos hábitos de leitura” (Silva; Almeida; Batista, 2014, p. 45).

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

Ligada a INL, foi criada a Campanha Nacional do Livro (CNL) em 1960, que tinha por objetivo formar o hábito da leitura e o desenvolvimento das bibliotecas. Todavia suas ações centraram-se novamente na distribuição de exemplares, apoio técnico às bibliotecas e convenio com as prefeituras. Em 1961, foi criado o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB) que tinha como objetivos: incentivar diferentes intercâmbios entre as bibliotecas do país, estimular a criação de sistemas regionais de bibliotecas, e promover uma rede de informações bibliográficas que servisse a todo o território nacional. Assim, manteve-se a preocupação com a edição, a distribuição e a circulação dos livros nas bibliotecas em detrimento de alguma ação que visasse a formação de leitores (Silva; Almeida; Batista, 2014).

Os autores afirmam que em 1970 as bibliotecas públicas passam a ser escolarizadas, assumindo uma função educativa em detrimento das funções cultural e informacional, deixando grande parte da população desassistida. Portanto, são transformadas em bibliotecas escolares e a maior parte dos investimentos é destinada à aquisição de acervos que auxiliassem a pesquisa estudantil.

Sob responsabilidade do INL, foi lançado o Programa Nacional do Livro (PNL), que tinha dois subprojetos: o do livro didático e o do livro literário. Consequentemente, o PNL abria espaço para à implantação de novas bibliotecas com ênfase na promoção do livro.

As bibliotecas públicas voltaram a figurar no cenário das políticas públicas em 1992, com o ressurgimento do Sistema Nacional de Biblioteca Públicas (SNBP) por meio do decreto no. 520 e com a criação do Programa de Incentivo à Leitura (Proler) por meio do decreto 519, sob a coordenação do teatrólogo Francisco Gregório e da professora Eliana Yunes. Tanto o Proler quanto o SNBP visam fortalecer as bibliotecas e os serviços desenvolvidos pelos servidores destas instituições, e favorecer o acesso ao livro e a outros materiais de leitura (Silva; Almeida; Batista, 2014).

Em 1997, foi criado pelo MEC, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio da portaria Ministerial no. 584, para fomentar as práticas da leitura e a formação de professores e constituir os acervos das bibliotecas escolares com a aquisição e distribuição de obras de literatura brasileira e estrangeira, infanto-juvenis, de pesquisa, de referência. Segundo explica Almeida (2019), o PNBE até junho de 2017 estava organizado em três ações: PNBE Literário, cujo objetivo era avaliar e distribuir às escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio, acervos literários compostos por textos em prosa, em verso, livros de

imagens, entre outros; o PNBE Periódicos, que avaliava e distribuía periódicos de conteúdo didático e metodológico; e o PNBE do Professor, para apoiar as atividades dos docentes da educação básica, e da Educação de Jovens e Adultos a partir da avaliação e distribuição de obras de caráter teórico e metodológico.

Assim, o PNBE contava com instalações de acervos e atividades que facilitavam várias iniciativas de leitura, além de um foco especial na formação de professores, os capacitando para o incentivo à leitura, porém, mesmo após ter passado por vários governos foi descontinuado. Até o seu último edital lançado em 2014, atendeu de forma gratuita a todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. Já em 2015, o PNBE foi suspenso devido à falta de recursos financeiros, mas foi prometido que o programa seria retomado em 2016; a partir desse momento, não houve solicitação de aquisição de obras e, em 18 de julho de 2017 foi inserido ao Programa Nacional do Livro Material Didático/PNLND pelo Decreto 9.099, chegando ao seu fim como programa autônomo que era desde 1997 e as ações que disponibilizava para compor o acervo das bibliotecas escolares foram incorporadas como sendo ações agora do PNLND (Almeida, 2019). Além disso, na percepção da autora,

[...] a finalidade PNLND é prover as escolas com materiais consumidos diariamente pelos alunos em sala de aula, como os livros didáticos e dicionários, enquanto o PNBE visa prover as escolas com materiais voltados para pesquisa, tanto dos alunos quanto dos professores e obras literárias, disponíveis a eles por meio da Biblioteca Escolar. Os Programas Nacionais Bibliotecas da Escola juntamente com o Programa Nacional do Livro Didático compreendem as ações dos Programas do Livro executados pelo FNDE em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (Almeida, 2019, p. 90-91).

Por meio do decreto no. 3.294-99, foi lançado o Programa Sociedade da Informação (Socinfo) em 1999, considerado o primeiro passo para implementação das bibliotecas digitais existentes atualmente. Em 2003, foi criada a Lei do Livro, que institui a Política Nacional do Livro, considerada o primeiro grande marco legal das políticas para a biblioteca. “O intuito da lei era viabilizar a política pública do governo para o livro, a leitura e biblioteca, assegurando o direito ao acesso e uso do livro” (Silva; Almeida; Batista, 2014, p. 53).

Em 2004, foi lançado o Programa Fome do Livro, sub-intitulado Programa Nacional de Biblioteca Pública e Leitura, cujo intuito era otimizar ações para implantação de bibliotecas públicas nos municípios onde estas não existissem. O governo lança um documento intitulado “Política de Formação de Leitores” em 2005, em que o MEC propõe, entre outras ações, a

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

atuação junto as bibliotecas escolares, promoção de formação continuada dos professores e a instalação dos centros de leitura e multimídia no interior de algumas escolas.

Através da publicação da Portaria Interministerial Ministério da Educação-Leitura, no. 1442, surgiu como política pública cultural no ano de 2006, o primeiro Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), destinada à leitura e às bibliotecas devido a sua criação ser fruto da mediação entre atores da sociedade e do Estado. Neste contexto, surgiu o Plano Nacional de Cultura em 2010, cuja ação se baseia no planejamento e implementação de políticas públicas de médio e longo prazo (até 2020) que valorizem, sustentem, promovam e protejam a diversidade cultural brasileira.

Sem políticas públicas continuadas e ampliadas, mais uma vez ficamos à mercê de atitudes isoladas, esforços dispersos e que, com o tempo, perdem-se sem apoio governamental devido. E ainda que o acesso à cultura esteja acertadamente previsto na Constituição brasileira de 1988, art. 215, ainda assim, o acesso à bons livros e aos demais bens culturais ainda não é priorizado e quase inexistente, se comparado com as demandas de saúde e segurança que tomam conta do discurso público brasileiro.

As políticas públicas poderiam ajudar a introduzir no cotidiano da sociedade brasileira o livro e a leitura como partícipes da formação básica de qualquer cidadão, indo muito além de itens e atitudes distintivas e discricionárias, por onde a visão social comum separa pessoas inteligentes das que não são. A popularização do livro e da leitura passa necessariamente pelo investimento em aparelhos culturais e demais contextos em que o livro esteja no centro das ações. Mais bibliotecas, centros culturais e ações de incentivo à leitura desmistificariam o livro, o tornariam um atrativo comunitário.

É preciso ressaltar também que estamos vivenciando um aumento do valor do produto livro, dificultando ainda mais o acesso a bons acervos por parte das bibliotecas e de bons livros por parte dos indivíduos. Isso se reflete também no aumento dos fretes por parte dos correios, o que acaba por inviabilizar a manutenção das pequenas editoras, em sua maioria, projetos independentes, já que necessitam do trabalho dos correios para enviar livros para todas as regiões de um país imenso como Brasil.

Atualmente as bibliotecas públicas federais, estaduais e municipais são atendidas prioritariamente pelo PNLL vinculado ao MinC, e as bibliotecas escolares pelo PNBE. A Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) criada em 2006 e ligada à Fundação Biblioteca Nacional

(FBN), é um sistema aberto, interconectado e voltado para a preservação da memória documental brasileira (Silva; Almeida; Batista, 2014).

As bibliotecas assumem um papel fundamental ao possibilitar as pessoas o acesso à leitura, através do seu acervo e, mais precisamente, por meio físico ou do meio virtual (*Internet*) dos livros. Também, as bibliotecas têm que se adequarem a esta nova demanda, oferecendo serviços e atividades que promovam o prazer de ler. Portanto, é preciso garantir a implantação de programas educacionais voltados para o letramento, através da integração entre professores e bibliotecários por meio da promoção das ações que utilizem a biblioteca como forte influente na formação de leitor dos alunos, que engloba o letramento. Conforme Rosa e Grosch (2008), algumas sugestões são concursos de textos, dança, música, literatura, exposições, comemoração da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, e oficinas. As autoras defendem:

É necessária a realização de ações conjuntas entre os bibliotecários, criando e reivindicando propostas para a formação de leitores e para a criação de bibliotecas. Fazendo com que as bibliotecas sejam vistas e reconhecidas como verdadeiros templos do saber, necessárias para proporcionar uma educação de qualidade e formar um país de leitores (Rosa; Grosch, 2008, p. 43).

Trata-se, em consequência, de compreender a biblioteca universitária também como um espaço de incentivo à leitura. Da mesma forma, engloba compreender a função informacional da biblioteca e o modo como os indivíduos atualmente absorvem, interpretam e usam a informação. Isso, de fato, nos impele também a buscar compreender sobre o atual estado do analfabetismo funcional, principalmente relacionado ao ingresso de alunos e alunas na universidade pública e, por último, mas não menos importante, compreender quais formas são possíveis de serem implementadas em bibliotecas universitárias no que diz respeito ao incentivo à leitura.

O papel das bibliotecas universitárias na formação dos leitores

As bibliotecas sempre tiveram seu desenvolvimento ligado à expansão das universidades, de tal forma, que não se criam boas e longevas universidades sem bibliotecas, sendo este um segmento central e estratégico, dependendo dela não apenas o acesso livre ao conhecimento, através principalmente dos recursos informacionais físicos e digitais, nem tão somente da disponibilização de espaços de estudos e leituras, individuais e/ou em grupo, mas toda a dinâmica de acesso à informação numa universidade está atrelada ao desempenho

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

e às condições em que se encontram suas bibliotecas. Por conseguinte, as ações desenvolvidas pelas bibliotecas no âmbito educacional têm repercussões na inserção destas entendidas também como um contexto de aprendizagem, conforme destaca Dudziak (2001):

A consonância entre as atividades desenvolvidas pela biblioteca e os programas de ensino, pesquisa e extensão implementados pelas instituições educacionais é o fator que determina seu real sentido. Essa consonância é alcançada por meio do entendimento das estruturas curriculares, bem como a interação com a comunidade e a integração ao modelo político-educacional almejado pela instituição. A clareza com relação aos objetivos e atividades pertinentes à biblioteca, como serviço de informação que é, dentro de sua comunidade também são fatores determinantes nessa integração (Dudziak, 2001, p. 102).

Compreendendo as bibliotecas universitárias nessa perspectiva, é necessário pensá-la também como um organismo vivo, conectado à dimensão social ao qual está inserida. Isso nos permite ir além do espaço físico estático e burocrático, o que comumente a faz ser entendido como um depósito de livros, e nos coloca de encontro às demandas mais urgentes de acesso à informação em que ela, como uma agente social e propositiva, assume um papel mediador mais decisivo, se aproximando mais de um espaço de aprendizagem, porque:

A educação é um ato dinâmico, crítico e transformador. Dessa forma, a biblioteca universitária deve extrapolar o caráter conservador, estático, de simples armazenador da informação, passando a agir como centro de aprendizagem dinâmica e participativa, ou seja, ao mesmo tempo em que é responsável pela conservação e transmitir o conhecimento, atua na sua transformação, assim a mesma representa um importante papel nessa vida acadêmica atual, pois é ela a responsável pela gestão das informações e dos materiais que registram o conhecimento. É ela que vai criar uma relação entre o saber e as pesquisas que estão sendo práticas constantemente nas universidades, definindo e possibilitando que os caminhos sejam cada vez mais ágeis e relevantes, usando, para isso, todas as ferramentas que as tecnologias hoje permitem (Alcântara; Bernardino, 2014, p. 3).

Essa perspectiva de mediação e espaço de aprendizagem que a biblioteca universitária pode e deve assumir é um caminho complexo, que coincide com a própria necessidade da biblioteca se reinventar, tornando-se protagonista, propondo desdobramentos que auxiliem os indivíduos a atuarem criticamente na sociedade da informação. Em vista disso, a biblioteca terá que inovar para enfrentar os maiores desafios da sociedade do conhecimento, que são coordenar a transição do impresso para o digital, e construir usuários produtores de informação na construção de comunidades autossustentáveis, como enfatizam Alcântara e Bernardino (2014).

As bibliotecas universitárias podem não apenas facilitar o acesso à informação científica, como também possibilitar que através de seus espaços e a partir dos serviços que oferecem à comunidade externa se estabeleça uma perspectiva cidadã, em que ela se torne um local de acesso e troca de conhecimentos, não necessariamente acadêmicos, em que as pessoas experimentem acessar visões de mundo diferentes, sempre que possível, a partir das suas próprias experiências de cotidiano. Aqui se aponta um caminho muito semelhante ao que já anteviu Paulo Freire:

Enquanto preparação do sujeito para aprender, estudar é, em primeiro lugar, um que-fazer crítico, criador, recriador, não importa que eu nele me engaje através da leitura de um texto que trata ou discute um certo conteúdo que me foi proposto pela escola ou se o realize partindo de uma reflexão crítica sobre um certo acontecimento social ou natural e que, como necessidade da própria reflexão, me conduz à leitura de textos que minha curiosidade e minha experiência intelectual me sugerem ou que me são sugeridos por outros.

Assim, em nível de uma posição crítica, a que não dicotomiza o saber do senso comum do outro saber, mais sistemático, de maior exatidão, mas busca uma síntese dos contrários, o ato de estudar implica sempre o de ler, mesmo que neste não se esgote. De ler o mundo, de ler a palavra e assim ler a leitura do mundo anteriormente feita. Mas ler não é puro entretenimento nem tampouco um exercício de memorização mecânica de certos trechos do texto (Freire, 2001, p. 260).

Por esse motivo, acreditamos que as bibliotecas universitárias devem investir em projetos de incentivo à leitura, tanto pelo impacto social que iniciativas como estas podem causar, e assim a biblioteca estaria também cumprindo seu papel social, quanto pela própria necessidade acadêmica dos alunos e alunas, sendo a leitura e as variadas formas de fazê-la, a base da compreensão dos textos acadêmicos e da própria leitura por prazer. Quando a biblioteca universitária acrescenta essa perspectiva protagonista às suas ações, corrobora para que a leitura não se restrinja a aspectos tecnicistas, fora da obrigatoriedade pedagógica, sem correlação com a realidade, mas a conecta a essa leitura de mundo do qual Paulo Freire menciona tão enfaticamente em seus inúmeros escritos. Neste sentido, coincidimos com Silva (2015) quando afirma que:

[..] a leitura é fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, das organizações e das nações pois, a leitura pode levar à apropriação da informação, que pode levar à construção do conhecimento, que pode levar ao desenvolvimento individual, organizacional e social (Silva, 2015, p. 18).

Esse viés da leitura, como instrumento de apropriação crítica da informação, precisa ser trabalhado principalmente por conta de outra problemática que vem obtendo enorme

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

repercussão negativa, que é a quantidade gigantesca de informação circulante de caráter não confiável e deliberadamente produzidas para a desestabilização dos critérios de verdade e confiabilidade, causando confusão social e graves distorções ideológicas, a saber, as *fake news*. Temos de partir do pressuposto de que:

As pessoas que chegam a uma graduação no Brasil, em sua maioria, não foram usuários nem de bibliotecas públicas, nem de biblioteca escolar (quando estas existem), por isso apresentam dificuldades na hora de construir e interpretar um texto. Na maioria das vezes, eles apenas copiam e colam, usam frases, pensamentos de autores, sem lhes dar o devido crédito, desse modo, cometendo o plágio, ainda que inconscientemente. Associado a isso, não conseguem validar uma informação, e se utilizam daquele recurso mais rápido e fácil, principalmente nos dias de hoje, onde a internet é acessível pelo celular, fazendo valer uma falsa ideia de que se está na internet é verdade (Suaiden, 2018 *apud* Araújo, 2021, s/p).

Ao alinhar leitura e acesso crítico à informação também colaboramos para o combate desse crônico problema, pois acentuamos e desenvolvemos a seletividade informacional dos indivíduos, o que por si só, é uma ferramenta que minimiza os efeitos deletérios das *fake news* e suas variadas facetas. O crescimento da *web-internet* se torna algo vertiginoso em termos de disponibilização, via rede, de dados e informações, nos mais diferentes formatos, como áudio, vídeo, imagens, textos, e a combinação, convergindo para o crescimento exponencial de conteúdo.

Em consequência, o surgimento de acervos digitais, ao estilo das bibliotecas convencionais, pode ser considerado ao mesmo tempo uma continuidade por manterem certa lógica organizacional na formação, organização e disponibilização de seus acervos, e uma outra dimensão no desenvolvimento destas por permitirem a difusão, por meio eletrônico-digital de diversos suportes-mecanismos de informação em diferentes plataformas (computadores, *notebooks*, *tablets*, celulares, *e-readers*, dentre outros). Vários nomes foram surgindo para designar “a transposição do conceito de ‘biblioteca’ para o mundo da *web-internet*, como biblioteca digital, biblioteca eletrônica ou biblioteca virtual. Ao mesmo tempo, a ideia de livro também se adaptava a esse meio, através do livro eletrônico, do livro digital ou virtualizado” (Silva; Almeida; Batista, 2014, p. 57).

Acredita-se que a biblioteca universitária pode investir em leitura em suas variadas formas, criando serviços e projetos nessa perspectiva. O incentivo à leitura, somado aos serviços de acesso à informação científica, já costumeiramente oferecidos, é uma forma de conexão com a comunidade que se serve dela, uma possibilidade de se conectar à realidade,

de fazer da biblioteca universitária um espaço de aprendizagem, em que as pessoas possam reduzir o ritmo acelerado do cotidiano e se pôr numa experiência de reflexão e compartilhamento de visões de mundo.

Por outro lado, consideramos que investir em cursos contínuos de formação de leitores na universidade, em tempos atuais, é necessário para o desenvolvimento da capacidade crítica e melhoramento das habilidades cognitivas dos alunos. Independentemente do nível que estão, se no começo da trajetória dos estudos, ou em andamento na graduação, pois a leitura é essencial para outras matérias, e quaisquer atividades de desenvolvimento nelas, não prescinde de aprofundamento em leitura e da variedade de formas de fazê-la a depender da finalidade dos estudos.

Retomando a linha de pensamento de Guerra (2023), a biblioteca universitária como um espaço informacional tem um papel essencial na construção do ensino, da pesquisa e da extensão na educação superior do ponto de acadêmico, e na mobilização de atividades nas esferas das suas práticas para o desenvolvimento da sociedade do ponto de vista político-social. É importante ressaltar que quando a biblioteca realiza ações de incentivo à leitura, está se ratificando como espaço de acesso ao conhecimento e, mais do que isso, lembra-nos que é nas bibliotecas, principalmente, que a lógica de exclusão social, seja ela de natureza econômica, social, racial ou quaisquer outras, nunca deve se estabelecer, ao contrário, deve ser local de combate ininterrupto de qualquer exclusão social, onde o conhecimento e as muitas visões de mundo podem ser refletidas e discutidas, ampliadas e conectadas.

Considerações finais

O objetivo do artigo foi apresentar algumas reflexões sobre o papel das bibliotecas universitárias nas atividades de incentivo à leitura, com foco na influência que tem nela o analfabetismo funcional e as políticas públicas culturais no Brasil, em particular, o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE). As bibliotecas universitárias, como espaços de socialização do conhecimento humano, sempre deveriam abrir serviços que enfocassem a formação de leitores, ou implementassem projetos de extensão com essa finalidade, pela mediação dos seus profissionais bibliotecários ou criando parcerias com outros especialistas dentro da universidade, onde seja possível trabalhar ações de incentivo à leitura, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade externa.

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

Nessa medida, acreditamos que as bibliotecas universitárias, ainda que mais voltadas para o subsídio do ensino e da pesquisa, com os acervos atendendo mais demandas pedagógicas dos cursos de graduação e pós-graduação, podem implementar, cada uma conforme seu contexto, ações de incentivo à leitura. Isso se torna ainda mais importante diante dos cenários de mudanças tecnológicas que aumentam consideravelmente a quantidade de informação à disposição. Inclui-se, nesse sentido, como já dito anteriormente, a problemática das *fake news*. A leitura, nesse caso, contribuiria para a criação de filtros ou ferramentas subjetivas de seletividade da informação, pois partimos do princípio de que a leitura é atividade reflexiva, e como tal, capaz de aguçar a visão crítica dos indivíduos, aumentando as chances de diagnosticarmos uma informação falsa.

Podemos afirmar que apostar em atividades que envolvam a leitura potencializa o papel social das bibliotecas universitárias, pois a leitura, sendo essencial na atividade acadêmica, o é também para além dos muros da universidade. A leitura possibilita abordagens da realidade mais embasadas, distantes dos preconceitos fáceis e das tentativas totalitárias de visão de mundo.

A problemática do analfabetismo funcional também reforça a importância da implementação de projetos de leitura em bibliotecas universitárias, como foi exposto. Não acreditamos que a biblioteca universitária, através das ações e projetos de leitura, possa vir a sanar em absoluto o analfabetismo funcional na universidade, mas a existência de projetos e ações de leitura pode vir a ser mais um espaço de discussão, reflexão e iniciativas que busquem abordar essa questão, tanto quanto possível e, a partir disso, se fazer um campo prolífico de diretrizes de enfrentamento dessa problemática.

Precisamos avançar na inclusão social enfocando a educação, e a leitura, historicamente, foi e é um dos caminhos mais efetivos para isso, tanto na educação formal quanto na educação informal. O acesso à informação, que pode ser visto como um dos pilares da democracia, não pode ser efetivado sem refletirmos que não é a simples disponibilização de informação que torna os cidadãos mais críticos, mas sim a capacidade de selecionar, ler, interpretar, correlacionar e contextualizar tal informação, sabendo aplicá-la, tanto quanto possível, para resolver nossos problemas práticos enquanto indivíduos e enquanto sociedade, sem deixar de ressaltar o imenso valor da fruição estética atrelada a qualquer bom livro.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil perde 4,6 milhões de leitores em quatro anos**. 2020 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha.; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte - CE. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17474>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- ALMEIDA, Núbia Régia de. **Desdobramentos das políticas públicas para as bibliotecas escolares em escolas do município de Araguaína/TO**. 2019. 227f. Tese (Doutorado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1672>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- ARAÚJO, Livia de Oliveira Lima Cavalcanti de. Bibliotecários e fake news. **Revista Conhecimento em ação**, v. 6, n.1, jan./ jun., 2021. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/rca/article/view/33684/24040>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 2015.
- CARLINO, Paula. **Escrever, Ler e Aprender na Universidade**: Uma introdução à alfabetização acadêmica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, v.15, n.42, p. 259-268, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9805>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortêz, 2003. 80p. Disponível em: www.livros.life. Acesso em: 2 jun. 2021.
- GOLDIN, Daniel. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. In: **PASAJES de la edición: hablan los profesionales**. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, p. 162-168, 2003.
- GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. **Biblioteca universitária e avaliação do ensino-aprendizagem**: relação e complementaridade. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74320>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)**: estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018.

O papel das bibliotecas universitárias na formação de leitores: uma aproximação às políticas públicas culturais e ao analfabetismo funcional no Brasil

Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PRADO, Jason Murillo Crawford. Formação de leitores: uma reflexão sobre leitura e sociedade no Brasil. **Professare**, v. 6, n. 2, p. 157-186, 2017. DOI: <https://doi.org/10.33362/professare.v6i2.1261>.

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências funcionais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade**, ano 28, n. 60, dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pH848XC5hFCqph7dGWXrCz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ROSA, Caroline da; GROSCHE, Maria Selma. A formação do leitor através das bibliotecas: o letramento e a ciência da informação como pressupostos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo: Nova Serie, v. 4, n. 1, p. 35-45, 2008.

SILVA MEDEIROS, Valéria da; ALMEIDA, Núbia Régia de; BATISTA, Braz Vas. Do INL a digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, Araguaína-TO, v. 5, n. 1, pp. 42-61, jan-jul, 2014.

SILVA, Elaine da. A contribuição da biblioteca escolar na formação de leitores enfocando o desenvolvimento individual e organizacional. **Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto**, v. 3, n. 2, p. 15-30, 2015. Disponível em: www.revistas.usp.br/berev/article/download/106608/105202. Acesso em: 5 jun. 2021.

SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.47 n.2, p.143-152, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4285>. Acesso em: 8 set. 2021.

TEIXEIRA, Patrícia Luciano de Farias; SOUZA, Maria das Graças.; FARIAS, Maria Alves. O Analfabetismo Funcional em Alunos Universitários. In: CONNEPI - Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, VII, 2012, Palmas. **Anais VII CONNEPI - Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/3157/3085>. Acesso em: 8 set. 2021. Acesso em: 10 set. 2021.

TOLEDO, Lucinéia Silveira. Alfabetismo funcional, linguagem e inclusão social. **Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos**, Belo Horizonte, v.5, n.10, p. 22-34., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/txt/article/view/11152>. Acesso em: 17 maio 2021.

Sobre as Autoras

Maria José Pereira da Silva

Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGLIT) pela Universidade Federal do Federal do Tocantins (UFNT). Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa - Câmpus de Xinguara.

E-mail: maria.jose@unifesspa.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4069-9568>.

Soraima Moreira Alves Ferreira

Mestrado em Letras, com ênfase em literatura - PPGL/UFT (2022). Especialista em Didática Universitária pela Faculdade Atenas Maranhense de Imperatriz (FAMA/2011). Licenciada em Letras - Espanhol e Respektivas Literatura na Universidade Estadual do Piauí (2006) (UESP). Professora de Língua e Literatura espanhola do Curso de Letras, da Universidade Estadual do Tocantins- Unitins/Câmpus Araguatins e de língua portuguesa da Secretaria do Estado do Maranhão- SEDUC_MA. Tem experiência na área de Letras, literatura e espanhol. Atualmente tem pesquisado sobre literatura indígena.

E-mail: soraimamoreira@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6282-242X>.

Eliane Cristina Testa

Pós-doutorado com ênfase em etnopoésia, poesia Apinayé/Português, poesia indígena - PPGL/UFT (2019- 2020). Doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC/SP - 2015). Mestrado em Letras pela (UEL/PR - 2002). Professora de Literatura Portuguesa do Curso de Letras, da Universidade Federal do Tocantins-UFT - Câmpus de Araguaína. Atualmente, atua no Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins (PPGL-UFT) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras-UFT).

E-mail: poetisalia@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0863-4297>.

Recebido em: 30/05/2025

Aceito para publicação em: 29/07/2026